

Protestantismo e intolerância: caminhos para um diálogo interdenominacional

Protestantism and intolerance: pathways for interdenominational dialogue

Recebido: 01/03/2019 | Aceito: 23/10/2019

André Anéas*
Donizete Xavier**

Resumo: Este artigo se propõe a iluminar o passado do protestantismo e, a partir de uma reflexão histórica, proporcionar caminhos para superação dos desafios do diálogo interdenominacional no cristianismo contemporâneo, tão marcado pela intolerância religiosa. O Protestantismo da Reta Doutrina (PRD), tipo ideal definido por Rubem Alves e cuja ênfase está na Confissão da Reta Doutrina, ainda se faz ouvir na contemporaneidade. Seu caráter repressivo e características distintas, como a detenção da *verdade absoluta*, *clima bélico* e, conseqüente, *intolerância*, ainda possuem representantes ativos no cenário religioso brasileiro. O local histórico de constituição da identidade do PRD se localiza nos séculos XVI e XVII, época da Contrarreforma católica e das guerras religiosas na Europa. Somente com uma análise crítica desse passado, é possível o estabelecimento de alternativas para contenção da intolerância religiosa nesse segmento cristão.

Palavras-chave: Protestantismo; intolerância; diálogo interdenominacional.

Abstract: This article aims to illuminate the past of Protestantism and, based on historical reflection, provide ways to overcome the challenges of interdenominational dialogue in contemporary christianity, so marked by religious intolerance. The Protestantism of Right Doctrine (PRD), an ideal type defined by Rubem Alves and whose emphasis is on the Confession of the Right Doctrine, is still heard in contemporary times. Its repressive character and distinct characteristics, such as the detention of *absolute truth*, *warlike climate* and, consequently, *intolerance*, still have active representatives in the brazilian religious scene. The historical site of the constitution of the PRD is located in the XVI and XVII centuries, the stage of the catholic Counter-Reformation and the religious wars in Europe. Only with a critical analysis of this past it is possible to establish alternatives for containing religious intolerance in this christian segment.

Keywords: Protestantism; intolerance; interdenominational dialogue.

Artigo elaborado a partir da dissertação de A. ANÉAS, intitulada “A racionalização da experiência de Deus no Calvinismo da Reta Doutrina”, PUC SP, defendida em 2018.

* Doutorando em Teologia pela PUC-SP. E-mail: andreaneas@gmail.com.

** Doutor em Teologia Fundamental pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma. E-mail: djxavier@pucsp.br.

<http://revistas.pucsp.br/culturateo>

Introdução

O Protestantismo da Reta Doutrina (PRD), tipo ideal definido por Rubem Alves em 1979 em *Protestantismo e Repressão*, completa quarenta anos de publicação em 2019. Trata-se de um tipo de protestantismo cuja ênfase está localizada na Confissão Doutrinária. No PRD, o converso que adentra na dinâmica da comunidade religiosa é reprimido em diversos sentidos. Por meio de mecanismos repressivos, a linguagem, a percepção do mundo, a forma de construir conhecimento (teoria do conhecimento), a percepção do corpo (moralidade), a maneira de se relacionar com o sagrado, entre outros exemplos, são configurados para que o “aprendiz” que adentrou o arraial desse grupo religioso molde-se de acordo com as estipulações dos “mestres” do PRD. O momento decisivo nesse processo é a confissão da reta doutrina pelo aprendiz. É a hora da verdade. Ele precisa afirmar diante de toda a comunidade a “fórmula” doutrinária exatamente como pré-definida na Confissão Doutrinária. Caso contrário, não se mostrará apto a ser um membro da comunidade religiosa. Ou pior, será revelado nele um grande risco para toda a comunidade, uma vez que o converso tem o potencial de subverter *a verdade* do grupo religioso, deixando espaço para a grande inimiga deste protestantismo: *a dúvida* (ALVES, 1979). O PRD é intolerante com quem não adere a *sua* verdade.

Essa vocação para a intolerância, tão perceptível no tipo-ideal de Rubem Alves, ainda é presente na contemporaneidade. A pertinência deste artigo se refere a denúncia desse fato, bem como com a proposta de caminhos para construção de um diálogo interdenominacional dentro do protestantismo. Em um primeiro momento, o espírito intolerante do PRD será exemplificado no contemporâneo. Na sequência, serão descritos processos históricos fundamentais para compreensão da construção da identidade protestante. Por fim, já nas considerações finais, alguns caminhos para o diálogo serão propostos.

Protestantismo da Reta Doutrina na contemporaneidade

Mesmo após quarenta anos, o tipo ideal de Rubem Alves ainda está presente no protestantismo contemporâneo. Muitos exemplos poderiam ser trazidos para que a voz do PRD se fizesse ouvir neste singelo artigo. Foram selecionados três exemplos. O primeiro deles reflete a relação entre ortodoxia e heresia, que é uma constante nesta dinâmica religiosa. Um conhecido *youtuber* do contexto do protestantismo dito reformado, Yago Martins, que possui mais de 352 mil inscritos em seu canal, não hesita em acusar Caio Fábio, que foi pastor presbiteriano com seu auge na década de 80¹, de “um dos piores *hereges* que a gente tem hoje no Brasil” (MARTINS, 2018, grifo nosso)². Martins afirma que a compreensão de Caio Fábio em ter Jesus como chave hermenêutica de compreensão das Sagradas Escrituras seria apenas um pretexto para “tirar aquilo que ele não gosta” (*ibidem*)³ do texto bíblico.

1 Caio Fábio rompeu com o protestantismo tradicional e fundou o movimento “Caminho da Graça”.

2 Tempo de início do trecho do vídeo: 21’09-15.

3 Tempo de início do trecho do vídeo: 21’21-27.

O segundo exemplo tem relação com o posicionamento político dos cristãos de forma geral. Franklin Ferreira, teólogo que também se assume como reformado, ao tecer, recentemente, um comentário relacionado à atual ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Regina Alves, fez uma afirmação em relação ao posicionamento político dos cristãos. Disse ele: “Que todos os cristãos tenham isso em mente: o esquerdismo é completamente incompatível com a fé cristã” (FERREIRA, 2018).

O terceiro e último exemplo refere-se a uma questão de ordem moral. Paulo Júnior, um pregador que, de forma semelhante aos demais citados, se auto refere como reformado, ao discorrer acerca do que ele intitula “namoro cristão”, afirma: “Tem alguém namorando que está me vendo? Tem, tô namorando [ele simula a resposta dos expectadores]. Quando é que vão casar? Está marcada a data? Não. [novamente ele simula a resposta dos expectadores] Não? Então por que vocês estão namorando? Por namorar. [mais uma vez ele simula a resposta dos expectadores] Pecado de *prostituição! Lascívia.*” (JÚNIOR, 2018, grifo nosso)⁴ Na continuação do trecho, Paulo Júnior fornece suas bases para tal afirmação. Ele diz que, de acordo com a Bíblia, o namoro só pode ser iniciado se existe o fim exclusivo do matrimônio. Namorar e não possuir uma data, como ele mesmo exige de seus fiéis, é pecado de prostituição.

Não se pretende, nesse texto, fazer um juízo de valor acerca dos conteúdos de cada exemplo fornecido. O objetivo é analisar o discurso desses representantes do PRD. É possível perceber algumas características que os aproximam. Primeiramente, nota-se que, mesmo em não se tratando de questões inerentes aos fundamentos do cristianismo – não está sendo discutido a divindade de Jesus, a Trindade ou o perdão de pecados –, a forma como Yago Martins, Franklin Ferreira e Paulo Júnior se posicionam em seus respectivos assuntos é categórica, binária e decisiva. Caio Fábio é um herege, um pensamento de esquerda é incompatível com a fé cristã e namoro sem data de casamento marcada é prostituição. Ao contrário do que Karl Barth sugere em sua *Introdução a teologia evangélica*, afirmando que “a teologia evangélica é condicionada pelo seu próprio assunto para ser uma ciência *modesta*” (BARTH, 1996, p. 11), a teologia desses reformados é tão clara, exata e, segundo eles, compatível com o texto bíblico, que não há espaço para dúvidas em relação à heresia de Caio Fábio, à posição política “esquerdista” anticristã dos fiéis ou à lascívia do casal de namorados que não agendaram a data do casamento.

Em segundo lugar, para além da sensação de que eles possuem a verdade absoluta acerca dos temas citados, a forma como se expressam é belicosa. No afã de defender a “verdadeira” fé cristã, há a constante presença do inimigo nessa guerra retórico-religiosa: “o herege”, “o comunista” e “o imoral”. Não é exagero afirmar que a auto percepção dos representantes da reta doutrina é de verdadeiros guardiões da ortodoxia cristã.

Por fim, notam-se traços de *intolerância*, que certamente são resultados da percepção que o PRD tem de si mesmo de militante da *verdade absoluta* e do *clima bélico* instaurado nos discursos e dinâmica religiosa nesse tipo de protestantismo. Será que não há nenhum ponto de convergência entre a teologia de Yago Martins e de Caio Fábio? Será que não existe nenhum cristão verdadeiro cujo posicionamento político seja

4 Tempo de início do trecho do vídeo: 18’31-45.

progressista (ideologicamente mais à esquerda)? Será que não existe um casal de namorados cristãos, que não agendaram uma data de casamento, que possam passar longe de aproximações com prostituição e lascívia? Parece muito razoável que as respostas sejam positivas. Porém, não há espaço para diálogo, outras possibilidades hermenêuticas, visões de mundo distintas ou, até mesmo, diversidade na compreensão da moralidade. Embora seja evidente que haja uma chave interpretativa, uma “reta doutrina” norteando a interpretação dos textos sagrados, a intolerância está respaldada, ao menos no discurso, de que há “base bíblica” para cada assertiva defendida pelo PRD.

Por isso, não podemos compreender que a tendência do PRD para cismas, divisões e criações de novas denominações e seitas são frutos da liberdade que a Reforma Protestante apregoa em sua origem. Uma vez que o protestante habita o mundo de uma linguagem rigorosamente definida, a crise se estabelece quando o discurso destoa do senso comum. O “herege” não tem espaço neste tipo de comunidade (ALVES, 1979, p. 125). Rubem Alves entende que

é porque o universo protestante é intelectualmente compacto, sem espaços livres, sem indefinições, sem dúvidas, que qualquer leitura divergente dos evangelhos é sentida como um ato de rebelião que deve ser resolvido com a saída voluntária do dissidente ou a sua expulsão. Não é a liberdade intelectual que cria os cismas. O oposto é a verdade (ibidem, p. 125).

Existem perguntas que são o alvo dessa investigação e que colaboram para encontrar respostas para aquilo que produz esse tipo de mentalidade religiosa. Onde, historicamente, se localizam as origens do PRD, cujas características estão vinculadas a detenção da *verdade absoluta*, *clima bélico* e, conseqüente, *intolerância*? Após um retorno aos séculos XVI e XVII, alguns caminhos para superação dos desafios do diálogo interdenominacional no cristianismo contemporâneo serão sugeridos.

Contrarreforma católica e a construção da identidade protestante

Lutero não surge dentro de um contexto em que *reformatar* a igreja instituída era uma novidade. Muito pelo contrário, existiram movimentações nesse sentido reformador com personagens importantes como João Wycliffe e João Huss, que buscaram corrigir doutrinas da igreja, retornando à mensagem bíblica (GONZÁLEZ, 2011a, p. 487). Ou seja, Lutero é resultado de “sonhos frustrados” de gerações anteriores” (idem, 1995, p. 19). Importante salientar que o desejo reformador existia, inclusive, dentro da coroa católica. Isso fica muito evidente quando é analisada a Espanha dos tempos de Isabel, a católica, e no início do reinado de Carlos V, em que a movimentação para ações reformistas são claras, com tentativas de reformas em um clero que, por diversas vezes, era movido por ambições egoístas relacionadas à política e à economia (ibidem, p. 20-21).

Portanto, aquilo que chamaremos aqui de “Contrarreforma”, por ser, em certa medida, uma resposta à Reforma Protestante, é parte de uma reforma católica que já se desenrolava na Espanha, muito embora a reforma espanhola não tenha se afastado da ortodoxia católica e tinha um viés de pureza e devoção católica e intolerância (ibidem,

p. 183). Entretanto, até mesmo Justo González, que prefere a terminologia de “reforma católica” à “Contrarreforma”, compreende que a Reforma Protestante deu um “novo tom” para a reforma católica. Embora a reforma católica mantivesse a ideia de reformar a igreja por questões internas, sua dedicação foi em refutar as doutrinas protestantes (ibidem, p. 185). Carlos Caldas, no livro *Trento em Movimento*, escreve um capítulo em que afirma que “se não tivesse havido Reforma, Trento não teria acontecido” e que a grande motivação para esse concílio foi a “necessidade de resposta da Igreja Católica ao movimento iniciado por Lutero” (CALDAS, 2018, p. 75).

Segundo Paul Tillich, o impacto da Contrarreforma foi grande dentro do catolicismo.

A Contra-Reforma não foi apenas uma reação, mas verdadeira reforma. A Igreja Romana, depois dela, já não era a mesma. Estava determinada a se firmar contra o grande ataque da Reforma. Quando alguma coisa é atacada e se defende, já não é mais a mesma coisa. Um dos resultados característicos desse fato foi o estreitamento da igreja. A igreja medieval não deve ser vista à luz desse catolicismo pós-tridentino. A igreja medieval sempre esteve aberta a todas as influências, assimilando tremendos contrastes, como por exemplo, franciscanos e dominicanos (agostinistas e aristotélicos), realistas e nominalistas, e biblistas e místicos. Esse espírito desapareceu na Contra-Reforma. A Igreja Romana tendeu a se tornar “contra” – o “contrário” da Reforma – assim como a igreja protestante, com o seu princípio profético, tornou-se princípio de protesto contra Roma (TILLICH, 2015, p. 212).

O impacto da Contrarreforma foi alto para a igreja instituída – catolicismo – e para a própria Reforma Protestante, pois, enquanto grupo protestador, ao invés de reformar a igreja como um todo, viu-se obrigado a se fechar em virtude do contra-ataque católico. Esse fator é elemento fundamental daquilo que será chamado de ortodoxia protestante ou escolasticismo protestante. Desde já, é possível destacar um elemento que constitui o PRD: ter Roma como inimiga. Uma vez estabelecida a necessidade de se defender da Contrarreforma, o protestantismo ganha seu tom apologético e perde sua ênfase profética. Além disto, é importante ressaltar a fala de Tillich (ibidem, p. 212-213) quando afirma que, da mesma forma como o catolicismo teve sua identidade alterada após a Contrarreforma, o protestantismo tem como ingrediente constitutivo de sua identidade sua posição de inimizade e manutenção de suas posições frente aos contra-ataques romanos. Ou seja, aquilo que se vê como constituição de mundo protestante, em que a Igreja Católica é vista como inimiga, tem seu surgimento nesse período histórico, que determinará o sentimento da ortodoxia do PRD: sempre apologético.

O Concílio de Trento, que durou de 1545 até 1563 (em boa parte deste tempo, ele esteve em recesso), foi o lugar em que a Igreja Católica pôde se posicionar em relação às reformas internas, relacionadas a exigências dos seus bispos, proibição do pluralismo, regulação das obrigações do clero e estabelecimento de seminários para melhor preparação do ministério. Por outro lado, foi o local em que as doutrinas da Reforma puderam ser refutadas (GONZÁLEZ, 1995, p. 199). Aqueles que não aderissem às definições de Trento relacionadas à *doutrina das autoridades*, *doutrina da*

justificação pela fé e doutrina dos sacramentos, doutrinas que tocam diretamente em pontos do protesto dos reformadores, não eram parte da “verdadeira igreja”.

Muitas outras decisões e detalhes no Concílio de Trento poderiam ser destacados. Porém, o objetivo aqui é tão somente atestar o ambiente apologético e bélico entre catolicismo e o protestantismo que está se desenvolvendo no séc. XVI e ratificar que a identidade de cada grupo está sendo modificada por todo esse processo histórico. Comblin contribui quando afirma que “o tempo do Concílio de Trento”, tanto no catolicismo como no protestantismo, “foi o da ascensão social e cultural do clero: no fim do século XIX o clero é tudo na Igreja e o leigo nada” (COMBLIN, 1986, p. 192). Neste sentido de construção de uma identidade protestante – ou ressignificação identitária pós Trento –, o caminho que se abre é de um “retorno à palavra” que é “discursiva, lógica, professoral, letrada, de cultura escrita” (ibidem, p. 196), o que veremos de forma evidente na ortodoxia que está se formando.

Dentro do catolicismo, Justo González faz uma observação que merece destaque. Ele afirma que a Igreja Católica pós Trento não era mais como a igreja medieval, mas um novo fenômeno, produto da reação contra o protestantismo. Durante os próximos quatro séculos, ela estaria impossibilitada de reconhecer que existiam muitos elementos da reforma protestante cujas raízes estavam na tradição cristã. Somente no século XX, essa descoberta se dará no catolicismo, fato que esse historiador pontua como a mais importante (GONZÁLEZ, 1995, p. 200). Caldas (2018, p. 86) faz menção ao Vaticano II como o concílio que recupera algumas ênfases de Lutero, entre elas, o acesso das Escrituras ao povo e uma reforma litúrgica. O professor recorda uma frase importante de João XXIII acerca dos protestantes e que exala o clima conciliatório da época: “irmãos separados”. Seria este um motivo de alegria para o protestantismo? Sim e não. Depende de qual protestantismo. No PRD, católicos permanecem como inimigos.

Guerras religiosas na Europa

Compreender o contexto em que a ortodoxia que dará origem ao PRD de Rubem Alves se forma é decisivo para se ter a leitura correta de quem era essa ortodoxia e quais são as forças que a movem, o que, em certa medida, justificam seus passos. A história não é romântica. Ela está imersa em sangue humano e em jogos políticos de poder. A Contrarreforma católica já tinha sinalizado que a multiplicidade de interpretações bíblicas permitiria a multiplicidade de posições, o que inviabilizaria qualquer ortodoxia de se impor (algo evidente diante da proliferação de igrejas reformadas na Europa da época) (NETO, 2000, p. 221). Entretanto, o que estava em jogo não era simplesmente a preocupação com a verdade teológica “pura” ou com o destino da Igreja de Cristo na terra. A tensão entre catolicismo e protestantismo da metade do séc. XVI tem como pano de fundo uma Europa dividida entre países apoiadores de Roma e países apoiadores da Reforma. Conforme afirmou Robinson Cavalcanti, em *Cristianismo e Política*, o “século anterior a Reforma havia presenciado um aumento contínuo da consciência de nacionalidade e fortalecimento da autoridade real” (CAVALCANTI, 2002, p. 125). Portanto, o poder do papado já estava sendo questionado e o poder dos reis, ao contrário, crescia, caracterizando uma mudança da antiga ordem medieval.

Nesse contexto político delicado, a Igreja Romana assume uma postura polêmica para com os protestantes, que se tornam “o outro”, pois se trata de um grupo “não igreja” homogêneo que é uma ameaça para a *verdadeira* igreja. Do outro lado, alimentado por um sentimento de injustiça, sofrimento e ódio e dentro desse contexto de tensão internacional, criou-se um “senso de identidade comum”, uma vez que o protestantismo tinha também um *inimigo* em comum: a Igreja Romana. Nesse processo, a utilização da força pela Igreja Católica, como no massacre de 30 mil protestantes franceses em 1572, celebrada por Gregório VIII, e a perseguição violenta de Maria Tudor, na Basileia, culminando na morte bárbara de três bispos protestantes, produziram “uma reação de total repugnância e desgosto”, sendo que o antipapismo se espalhou por todas as regiões protestantes da Europa (MCGRATH, 2012, p. 129-133).

A questão se estendia para além da tensão entre católicos e protestantes. Entre os protestantes, existiam tensões também. Os anabatistas, movimento radical protestante, também se tornaram ameaça para luteranos e reformados, que se viram obrigados a se definirem “segundo diversos ‘outros’ ou contra eles” (ibidem, p. 133). Fato é que, dentro do círculo protestante, existia uma necessidade de busca por *identidade*. McGrath (ibidem, p. 134) chega a afirmar sobre o protestantismo: “era difícil acreditar que alguma ideologia em comum unia as facções”. Como já foi dito, pode-se afirmar que a identidade protestante é formada baseada em seus inimigos, entre os quais o principal era a Igreja Romana.

Alguns pontos merecem ser destacados. Além do ambiente religioso bélico, é preciso ficar claro que muitos dos líderes políticos que surgiram nessa Europa envolta a controvérsias religiosas, no que se refere à fé, “não participavam do entusiasmo – tão pouco das convicções – das gerações anteriores” (GONZÁLEZ, 2011b, p. 257). Justo González cita um exemplo que evidencia bem esse tipo de atitude: Henrique IV (1553-1610), da França. Ele trocou por diversas vezes de filiação religiosa, pois o que lhe interessava era reinar, se mostrando flexível, de acordo com a conveniência, em matéria de religião. Na Alemanha, que fora o principal palco da Guerra dos Trinta anos, príncipes e muitos de seus conselheiros “utilizaram as diferenças religiosas como desculpa para conseguir seus próprios propósitos políticos” (ibidem, p. 257). Ou seja, definir claramente a religião de cada local geográfico governado por algum rei ou imperador era algo importantíssimo, pois tinha relação direta com questões sócio-políticas.

Outro aspecto significativo é o papel das confissões doutrinárias nesse período. Elas assumem papel central e com objetivo para além das questões religiosas, sendo de grande utilidade em questões de Estado. Após o Concílio de Trento e a expansão geográfica do calvinismo na Europa, existe um processo que entra em ação chamado de “confessionalização” ou “segunda Reforma”, em que a Confissão Doutrinária será utilizada como “critério de demarcação” entre as igrejas protestantes (luteranas e calvinistas). Essas “igrejas estatais” são tidas por muitos como o surgimento do primeiro Estado moderno absoluto, conforme explica McGrath (2012, p. 104-105). Nesse mesmo tema, ele acrescenta algo acerca das diferenças doutrinárias, que, até então, eram “matérias de indiferença”:

A necessidade de distinguir a confissão das duas igrejas da época – luterana e calvinista – levou a busca por diferenças; essas diferenças, uma vez

identificadas, recebiam ênfase que refletia a necessidade de demarcação social. O resultado disso foi que diferenças em teologia, liturgia ou governo da igreja se tornaram explicitamente politizadas enquanto o novo Estado moderno tentava impor maior controle social em sua esfera de influência (ibidem, p. 105).

Robinson Cavalcanti resume bem a relação da Reforma com a Europa desse período:

Não houve intenção política na ação dos reformadores. Sua motivação era basicamente espiritual e o seu propósito, uma alteração profunda na vida da Igreja e um retorno à pureza do cristianismo bíblico. Para o bem ou para o mal, há que se reconhecer, porém, que a expansão ou não-expansão do protestantismo nos diversos países europeus no século 16, deveu-se menos à ação evangelizadora do que à correlação de forças políticas e militares, que, inegavelmente, há uma forte correlação enorme entre as diversas esferas da vida social (no caso da religião e da política, muito mais ainda naquela época) e que as ideias e os fatos se dão concretamente em determinado momento histórico. Por este prisma, a Reforma foi a faceta religiosa de todo um processo sócio-econômico-político-cultural que resultou na superação da Idade-Média e no emergir da modernidade (CAVALCANTI, 2002, p. 127).

A Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) merece ser destacada. Ela é resultado da Contrarreforma, na qual estados católicos e estados protestantes lutaram por questões políticas e religiosas (HURLBUT, 2007, p. 195-196). O que estava em jogo, nessa guerra, era a tradição religiosa de cada território. Milhões de pessoas são mortas e a Alemanha teve sua população reduzida a um terço (CAIRNS, 1990 apud PINHEIRO; SANTOS, 2013, p. 278). A experiência de Deus está esquecida para aqueles que lutam por poder. A presença da religião como pano de fundo desses conflitos é o combustível de toda a argumentação no Iluminismo. Após e durante todo esse processo histórico, a religião passará a ser questionada. No caso da Guerra dos Trinta Anos, temos o seguinte resultado:

[...] conflito religioso internacional e uma Guerra Civil alemã, envolvendo regiões e nações luteranas, reformadas e católicas. A população de muitas regiões foi dizimada por essa guerra de atrito, e a economia delas levadas à beira do colapso total. Os resultados desse conflito inútil e inconclusivo foram escassos para todos os interessados nele (MCGRATH, 2012, p. 145).

A Guerra dos Trinta Anos chega ao fim por meio da Paz de Westfália (1648). Muito embora o protestantismo tendo alcançado o seu espaço político, geográfico e religioso, as divergências internas, que estavam em estado de latência devido a guerra com católicos, acharam espaço para suas manifestações (BOISSET, 1971, p. 76). A história atesta derramamento de sangue entre protestantes. Exemplo disso é a Guerra Civil inglesa no século XVII, com conflitos entre a cora inglesa e puritanos. Porém, em um momento de saturação da situação de guerras religiosas, o povo, que já tinha tido o suficiente, passou a ansiar por paz. Houve uma crescente ênfase na tolerância, impaciência com disputas religiosas e o cenário estava preparado para a fé se tornar algo privado, ao invés de política de Estado. McGrath conclui que, nos círculos intelectuais e

políticos, a religião passou a ser vista como “fonte de conflito internacional e nacional, como um fardo, em vez de uma bênção. A emergente antipatia com o fanatismo religioso logo transmutou em antipatia pela própria religião” (MCGRATH, 2012, p. 145).

John Locke (1632-1704), filósofo inglês, transparece em sua *Carta acerca da Tolerância*, escrita entre 1689 e 1692, a transição que a Europa estava vivendo e o ambiente que as ortodoxias religiosas deixaram no velho continente no final do séc. XVII. Ele diz:

Entretanto, desde que os homens estão tão apreensivos acerca da verdadeira Igreja, eu apenas lhes perguntaria aqui, de passagem, se não seria *mais conveniente* à Igreja de Cristo fazer consistir as condições de sua comunidade naquilo, e unicamente naquilo, que o Espírito Santo declarou na Sagrada Escritura, em *termos explícitos*, ser necessário para a salvação; pergunto se isso não seria *mais conveniente* do que os homens imporem as suas próprias invenções e interpretações aos outros como se fossem de autoridade divina, estabelecendo por leis eclesiásticas como absolutamente necessário à confissão da cristandade o que nem a palavra de Deus menciona, ou, pelo menos, não ordena expressamente. Quem quer que exija para a comunidade eclesiástica o que Cristo não exige para a vida eterna deve, talvez, constituir sociedade que se adapte à sua própria opinião e vantagem; mas *como se poderá denominar Igreja de Cristo a que se estabelece baseada em condições que não as d’Ele, excluindo-lhe da comunhão pessoas que Cristo um dia receberá no Reino dos Céus?* Mas como não é este o lugar adequado para investigar os sinais da verdadeira Igreja, apenas lembrarei aos que pugnam com tanta seriedade a favor dos decretos de sua própria sociedade, gritando constantemente: “A Igreja! A Igreja!” com tanto barulho e, talvez, baseados no mesmo impulso como faziam os ourives de Éfeso por Diana (Atos, 19); repito, apenas os lembrarei que *o Evangelho declara com frequência que o verdadeiros discípulos de Cristo devem esperar e sofrer perseguição; mas que a verdadeira igreja de Cristo deve perseguir e censurar a outrem, ou obrigá-lo através da força, da espada e do fogo a abraçar sua fé e doutrinas, não me recorde de ter lido isso em nenhuma parte do Novo Testamento* (LOCKE, 2018, p. 5-6 – grifo nosso).

Em primeiro lugar, nota-se o fato de que existia um esgotamento dos debates e discussões de uma série de questões teológicas secundárias no final do séc. XVII. O que o filósofo levanta é relevante. Ora, por que não dar ênfase nos elementos essenciais e “explícitos” da mensagem evangélica? Parece ser, de fato, algo mais “conveniente” e benéfico para Igreja de Cristo – ou para aqueles que testemunham e sinalizam a Igreja de Cristo na terra. Em segundo lugar, somado ao destaque anterior, é realmente factível o ponto de Locke ao indagar uma Igreja de Cristo que exclui de suas comunidades pessoas através de critérios humanos e secundários. Por fim, destaca-se o final desse trecho, em que Locke critica a atuação dos “discípulos” da Igreja na Europa de sua época. No sermão do monte, Jesus enfatiza que “bem-aventurados os perseguidos” (Mt 5:10). Discípulo da Igreja de Jesus que persegue parece contradizer o Novo Testamento na ótica de Locke. Aqui se concorda com Locke. É evidente, no Novo Testamento, que cristão ou é perseguido ou sabe dialogar com o próximo de opinião contrária –

mantendo, se for o caso, suas próprias convicções. Cristão que persegue é uma aberração e desvirtuamento da essência da mensagem do evangelho de Jesus Cristo revelado no Novo Testamento. Jesus irá afirmar que seu reino não é deste mundo (Jo 18,36). Ele está certo. Seu reino – o de Jesus – não colabora com derramamento de sangue, politicagem e com ceticismo, o que, dentro do contexto de Locke, parece ser mais do que justificado.

Vale mencionar que a teologia ortodoxa protestante, cuja ênfase estava na razão, despriorizou o lado *sobrenatural* da fé, conforme McGrath afirma:

Até a metade do século XVII, especialmente na Inglaterra e na Alemanha, cada vez mais defendia-se a possibilidade de que a fé pudesse ser inteiramente deduzida por meio da razão. Era necessário demonstrar que cada aspecto da fé, cada ponto do cristianismo derivava da razão humana, sem que houvesse a menor dependência de uma revelação sobrenatural. As origens desse apelo exclusivo à razão podem ser encontradas no desejo de libertar-se de qualquer tipo de dependência de uma revelação sobrenatural, a fim de chegar ao conhecimento humano e preciso da verdade (MCGRATH, 2010, p. 274).

Quem sabe, se a revelação sobrenatural tivesse seu local de importância, bem como a *experiência de Deus*, o espírito do Novo Testamento estivesse mais presente. Certamente, a história teria mais *tolerância*.

Considerações finais

A origem do PRD, com características vinculadas à detenção da *verdade absoluta*, *clima bélico* e, conseqüente, *intolerância*, possui um lastro histórico, cujos fatos atestam elementos que colaboram com a construção de uma identidade que se faz presente no século XXI. Após um retorno aos séculos XVI e XVII, alguns caminhos para superação dos desafios do diálogo interdenominacional no cristianismo contemporâneo podem ser sugeridos, evitando falas violentas e intolerantes conforme sinalizadas no início deste artigo. Em primeiro lugar, o resgate da memória histórica das origens do protestantismo, feita de forma crítica e sem paixão, é imprescindível para compreensão de que *o contexto religioso atual é distinto do passado do PRD*. Hoje há separação entre igreja e estado e a presença de valores democráticos (o que se exige tolerância à pluralidade de ideias) – ao menos em teoria – e não há nada que justifique um discurso bélico e uma “caça” aos hereges devido à divergências teológicas secundárias, posições políticas divergentes ou variações de condutas de ordem moral. O diálogo respeitoso é possível – deveria ser – no contexto atual, especialmente entre denominações cristãs. O segundo caminho para superação dos desafios do diálogo perpassa pela memória histórica, mas no sentido da história nos ensinar que temos o *mesmo potencial que cristãos do passado* para promover o espírito do cristão “guerreiro” revelado nas facetas sombrias da história cristã. Em terceiro lugar, está a importância de se *canalizar os esforços em elementos essenciais do cristianismo*. Locke, com sua contribuição acerca da tolerância, provoca, com razão, os cristãos nesse sentido. Portanto, espera-se que vozes sóbrias de um cristianismo que sinalize o Cristo

venham a tornar o protestantismo mais tolerante e com mãos limpas de sangue. Afinal, o cristão não deveria derramar o sangue do próximo, mas, a exemplo de seu Mestre, doar-se pelo outro.

Bibliografia

- ALVES, Rubem. *Protestantismo e repressão*. São Paulo: Edições Loyola, 1979.
- BARTH, Karl. *Introdução à Teologia Evangélica*. São Leopoldo: Sinodal, 1996.
- BOISSET, Jean. *História do protestantismo*. 6. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971.
- CAIRNS, Earle E. *O cristianismo através dos séculos: uma história da igreja cristã*. São Paulo: Vida Nova, 1990.
- CALDAS, Carlos. In: GOMES, Edgar da Silva; SOUZA, Ney de (orgs). *Trento em movimento: contexto e permanências*. São Paulo: Paco, 2018.
- CAVALCANTI, Robinson. *Cristianismo e Política*. Viçosa: Ultimato, 2002.
- COMBLIN, José. *A Força da Palavra*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- FERREIRA, Franklin. *Sobre os cruéis ataques a Damares Alves*. Disponível em <<http://bit.ly/2Sdk2pZ>> Acesso em: 17 de dez. 2018.
- GONZÁLEZ, Justo L.. *E até os confins da terra: uma história ilustrada do cristianismo*. São Paulo: Vida Nova, 1995.
- _____. *História ilustrada do cristianismo: a era dos mártires até a era dos sonhos frustrados*. 2. ed. São Paulo: Vida Nova, 2011a.
- _____. *História ilustrada do cristianismo: a era dos reformadores até a era inconclusa*. 2. ed. São Paulo: Vida Nova, 2011b.
- HURLBUT, Jesse Lyman. *História da igreja cristã*. 2. ed. São Paulo: Vida, 2007.
- JÚNIOR, Paulo. *Namoro Cristão Pr. Paulo Junior*. Disponível em <<https://bit.ly/2BGIVyw>> Acessado em 17 de dez. 2018.
- LOCKE, John. *Carta acerca da tolerância*. Disponível em: <<https://bit.ly/2mfH2Vm>> Acessado em: 29 de mai. 2018.
- MARTINS, Yago. *NO CÉU TEM PÃO? MOTEL PODE? CAIO FÁBIO?* Disponível em <<https://bit.ly/2tuSXV7>> Acessado em 17 de dez. 2018.
- MCGRATH, Alister. *A revolução protestante*. Brasília: Palavra, 2012.
- _____. *Teologia sistemática, histórica e filosófica: uma introdução à teologia cristã*. São Paulo: Shedd Publicações, 2010.
- NETO, José R. Maia. Resenha do Livro de Richard H. Popkin, História do Ceticismo de Erasmo a Spinoza. *Manuscrito XXIII*, [s.l.], n. 1, p. 219-230, Abril 2000.
- PINHEIRO, Jorge; SANTOS, Marcelo. *Manual de história da igreja e do pensamento cristão*. 2. ed. São Paulo: Sinodal, 2013.